

# PORTUGUÊS DO BRASIL: HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA OITOCENTISTA

**Neusa Barbosa Bastos\***

*Resumo:* Esta investigação, centrando-se na historiografia da linguística e aderindo aos princípios teórico metodológicos de Koerner (2007), seleciona duas obras gramaticais (João de Barros e Antônio Álvares Pereira Coruja) do passado linguístico português imbricado ao brasileiro nos séculos XVI e XIX. Toma por base as concepções linguísticas, educacionais e culturais dos dois momentos, visando ao contato com as ideias sobre a linguagem e as propostas de descrição e explicação dadas pela gramaticografia lusófona em contexto pedalinguístico quinhentista e oitocentista.

*Palavras-chave:* historiografia linguística; gramaticografia quinhentista e oitocentista; ortografia.

■ **R**efletir sobre as questões gramaticográficas da língua portuguesa, buscando, no conhecimento de nossas raízes, entender as razões históricas para podermos colaborar na descoberta de soluções para os problemas existentes na contemporaneidade, torna-se um objetivo relevante a partir do momento em que se busca o desvelamento da postura do gramático ante a sociedade do século XIX, considerando-se o processo de descrição e compreensão dos fenômenos linguísticos no período oitocentista.

Processo esse que se baseia nas reflexões acerca da língua, empreendidas por um sujeito enunciator que possui uma obra particular ou um conjunto de textos, mercedores de observação para que se constitua um *corpus* e, partir dele, se faça historiografia. Insere-se, como sujeito-autor, num contexto em que

\* Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora dos Programas de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e da PUC-SP. E-mail: nmbastos@terra.com.br.

várias tradições interferem como a etnia, a localização, o tempo, a cultura, todos elementos formadores de um vasto campo entretido por sujeitos, grupos de intelectuais linguistas e por pensamentos linguísticos de época, marcadores de uma produção em linguagens variadas que delineiam esse período.

De acordo com Koerner (2007, p. 30):

A posição que aqui se defende é a de que o historiador da linguística deveria possuir uma formação linguística para chegar a uma compreensão adequada do que se constituem temas em cada campo concreto, ainda que isso se possa aplicar novamente de maneira mais apropriada à linguística do passado mais remoto do que à de períodos mais recentes. Portanto, o historiógrafo da linguística deve familiarizar-se com algo mais do que a delimitação da transmissão de teoria e práticas linguísticas e suas transformações através do tempo. Do ponto de vista metodológico, poderíamos perguntar o que outros campos de exploração histórica já estabelecidos têm para oferecer ao historiógrafo da linguística, lembrando que o objeto de estudo, por exemplo, as idéias sobre a linguagem e as propostas de descrição e explicação da mesma, acabaram impondo ao pesquisador uma abordagem particular<sup>1</sup>.

Assim, para que se estude uma produção linguística inserida em determinada época, lugar, autor, procede-se ao aprofundamento de conhecimentos nos vários campos citados, o que demanda uma amplitude de estudos que visam cumprir a tarefa de descrever, interpretar e explicar o havido sobre a língua para o que se selecionam, se ordenam, se reconstróem e se interpretam as fontes coligidas sob as perspectivas interna e externa, analisando-se os documentos que, neste momento, se referem ao século XVI, primeira metade com o estudo da obra gramatical de João de Barros (1540), e ao século XIX, primeira metade com o estudo da obra de Antonio Álvares Pereira Coruja (1835), enfocando, na organização das partes da gramática, o que tange ao tema linguístico: ortografia.

Esta investigação, centrando-se na historiografia da linguística (doravante HL), adere ao conceito de Koerner (2007) que postula ser a HL a apresentação de nosso próprio passado linguístico como uma parte integral da própria disciplina e, ao mesmo tempo, como uma atividade fundada sobre princípios de investigação bem definidos que podem rivalizar, em termos de solidez e método de investigação, com os da própria linguística.

Na obra selecionada, buscamos apresentar, descrevendo, interpretando e explicando, o passado linguístico português imbricado ao brasileiro desde a colonização até o século XIX, tomando por base as concepções linguísticas, educacionais e cul-

1 No original: "La posición que aquí se propugna es la de que el historiador de a lingüística debería poseer formación lingüística para llegar a una comprensión adecuada de lo que constituyen los temas en cada campo concreto, aunque esto se pueda aplicar de nuevo más propiamente a la lingüística del pasado de los últimos siglos que la de los períodos recientes. Por tanto, el historiógrafo de la lingüística debe familiarizarse con algo más que la delimitación de la transmisión de la teoría y ya práctica lingüísticas y sus cambios a través del tiempo. Desde un punto de vista metodológico, podríamos preguntar-nos qué tienen que ofrecer al historiógrafo lingüista otros campos ya establecidos de exploración histórica, al tiempo que recordar que el objeto de estudio, por ejemplo, las ideas sobre el lenguaje y las propuestas de descripción y explicación del mismo, acabarán imponiendo al investigador una aproximación particular".

turais dos dois momentos, visando ao contato com as ideias sobre a linguagem e as propostas de descrição e explicação dessas ideias em contexto pedalinguístico.

Respeitando a dimensão combinatória, põe-se foco numa historiografia cor-relativa, fixando-se no estudo de relações entre teorias e das correlações entre pontos de vista em linguística e o contexto sociocultural, político, institucional, considerando o problema da necessidade de mudança havida nos 295 anos em questão.

Nesse estágio da pesquisa, pode-se afirmar: 1. a política expansionista e de domínio dos colonizadores portugueses foi a de imposição, nas terras promissoras d'almém-mar, da língua portuguesa, postura vigente, do século XVI até o XIX; 2. gramáticos e ortógrafos como João de Barros e Antônio Álvares Pereira Coruja, português e brasileiro, manifestaram-se por meio de intensas e entusiásticas atividades de codificação e de dignificação das línguas vulgares, propondo a sistematização seletiva das matérias, de forma a propiciar o acesso e a compreensão da obra àqueles menos experientes.

Pode-se asseverar que, por meio dos procedimentos teórico-metodológicos da HL, constatou-se que ambos os sujeitos deixaram um legado relevante cuja análise nos leva a confirmar que o delineamento do clima de opinião dos séculos XVI e XIX e a observação da postura dos gramáticos em sua obra revelam ideias linguísticas vigentes em suas respectivas épocas, reforçando que a voz do dono permanece presente, fortalecendo os sujeitos-autores como os donos da voz.

Reforça-se a crença de que o estudo do passado é importante porque faz que se conheça a origem dos estudos da língua portuguesa que revelam uma parte considerável de nossa existência no tempo, uma vez que o homem quer sempre saber quem é, quem foi, de onde vem e para onde vai, por não ser um sujeito *a-histórico*, voltado somente para a atualidade, procurando estabelecer normas que encontra em seu ambiente e em seu tempo.

A gramática moderna, normativa, aplicada aos falares atuais e nacionais, aparece como uma das grandes criações renascentistas que se situaram no centro do vasto florescimento europeu e se manifestaram por meio de intensas e entusiásticas atividades de codificação e de dignificação das línguas vulgares, motivo por que se delimitou este trabalho de pesquisa às obras gramaticais e ortográficas de João de Barros e de Antônio Álvares Pereira Coruja, estabelecendo comparações entre as posturas quinhentistas e as oitocentistas no que diz respeito às sistematizações ortográficas da língua portuguesa.

O juízo acerca da questão do ensino/aprendizagem de língua está implícito neste estudo por ser o objetivo primeiro dos autores escolhidos, que manifestavam suas pretensões didáticas imediatas nos séculos XVI e XIX, propondo a sistematização seletiva das matérias, de forma a propiciar o acesso e a compreensão da obra àqueles menos experientes.

O século XVI foi escolhido por ser o primeiro momento histórico em que, em Portugal, após os demais outros países latinos, foi elaborada a sistematização de uma língua novolatina europeia. O século XIX foi escolhido por ter sido durante a sua segunda metade o momento em que as colônias da América, em sua maioria, lograram sua independência, favorecidas por três fatores: a independência dos Estados Unidos (1778), a Revolução Francesa (1789) e a invasão napoleônica da Espanha e de Portugal, o que propiciou uma tomada de consciência sobre

suas condições de nação com a conseqüente necessidade de se firmarem suas pátrias e respectivas línguas novilatínas americanas.

Para se tratar da parte da ortografia em João de Barros, faz-se necessário que busquemos as condições externas de produção do discurso do gramático que, nascido em Viseu, em 1496, foi educado esmeradamente no paço, em estreita amizade com D. Manuel e também com D. João III, de quem recebeu o governo do Castelo de São Jorge da Mina. Por essa influência, recebeu sempre bons cargos: tesoureiro da Casa da Índia, da Casa da Mina e da Casa de Ceuta, e feitor da Casa da Guiné e da Casa da Índia. Quando da colonização do Brasil, ganhou uma capitania de cinquenta léguas ao norte, mas a expedição enviada naufragou e ele não prosseguiu no seu empreendimento mercantil. Homem de letras, foi novelista, poeta, filósofo, historiador e gramático-pedagógico com a publicação da *Grammatica da Língua Portuguesa*. Nela, assevera ter feito a Cartinha para os meninos aprenderem a ler e a gramática para que complementem seus estudos, declarando no início da obra:

*Fica agóra darmos os preçeitos da nossa Gramática. E, por que os mininos das escólas de ler e escrever, tomaram a outra parte e nam ésta, por ser o primeiro leite de uma criaçám, parece-nos que ficava ésta sem fundamento, nam declarando aos que virem ésta sòmente que na primeira é o princípio, onde está dedicada ao príncipe, nõsso senhor* (BARROS, 1540, contracapa).

Sua gramática, publicada em 1540, em Lisboa, é uma gramática descritivo-normativa, com bases assentadas na tradição gramatical greco-latína que apresenta, também em vários momentos, preocupação com aqueles que pretendem falar a sua língua, por exemplo, nos seguintes trechos: “ficará esta matéria pera quando o uso ô requerer [...] dádo que em rigor de bõa linguagem sam mais próprios do singular que do plurár. [...] Em aprender fâzes a ti bõa obra e ao més-tre dás contentamento” (BARROS, 1540, p. 1, 10, 34). Mencione-se que, a cada um dos passos da gramática, os exemplos revelam uma intenção formativa nos domínios da religião e da moral, e de um sentimento cívico baseado no orgulho das conquistas d’além mar, o que é próprio de alguém que, inserido num contexto socioeconômico dominante, necessita mostrar-se engajado e servidor de seus protetores, postura comum para a época, pois, segundo Fonseca (2006, p. 23), as obras gramaticais dos Quinhentos [...] “são muito marcadas por uma forte componente teórica e especulativa, que advinha por justificação das urgências imperiais e ultramarinas, como da reacção ao castelhano [...]”, além de estarem mais voltadas “para um ensino utilitário da língua, propulsionado pelas exigências da campanha expansionista relativamente ao uso do vulgar”.

Nesse quadro, João de Barros (1540) declara-se o primeiro a pôr a língua portuguesa em arte, e ele é de fato o primeiro se se considerar o sentido de época da palavra arte em sua gramática, isto é, sistematizar a língua com a finalidade de mostrar como falar e escrever bem.

Segundo Buescu (1971, p. XX), há, ainda, quatro obras do autor que se inserem como complementares na esfera intencional de um *corpus* didático da época, que apresentam os seguintes aspectos, a saber:

*1. Escolaridade intencional da Cartinha como primeiro livro didático, da Gramática como segundo livro, e dos dois Diálogos como conclusão e textos de leitura [...].*

2. *Opção, da parte do autor, por uma gramática normativa, tendo em vista os seus objetivos didáticos imediatos [...]. Para Barros, os artistas, isto é, os executores da Arte que se propõe elaborar com a sua Gramática, opõem-se aos gramáticos especulativos, pela atividade plenamente pragmática do ensino [...].*

3. *Ordenação indutiva das matérias, que nos parece (ao lado, é certo, da dedução) como uma antecipação metodológica [...].*

4. *Sistematização seletiva das matérias, de forma a tornar a obra assimilável e acessível a espíritos inexperientes [...]. Barros, mais mestre do que gramático especulativo, empreende, pois, a difícil tarefa de, dada a novidade de obra, estabelecer as regras gerais, aludindo às exceções indispensáveis numa obra de caráter normativo.*

5. *Utilização de uma exemplificação gramatical raramente destituída de conteúdo formativo ou informativo, constituída por exemplos ilustrativos, quase extraídos da história e da realidade portuguesa [...].*

6. *Preocupação de, aplicando como já vimos um método de base indutiva, tirar o máximo partido da disposição gráfica, com vista a uma facilidade de aprendizagem e fixação [...]. A Gramática, não contendo ilustrações, apresenta as matérias dispostas em pilha, por vezes em duplicações desnecessárias, mas que demonstram a aplicação do princípio da repetição como método de fixação.*

Deve-se mencionar que sua preocupação didática se coaduna com o pensamento humanístico da época que ocupava os sujeitos-autores na direção da defesa do vernáculo por meio da elaboração de uma Arte apoiada nas convicções quinhentistas de elevar as línguas vulgares à condição de línguas de cultura e da construção de obras pedagógicas que objetivavam ampliar o império português por meio também da língua materna que deveria se firmar em terras d'além-mar, recém-conquistadas por Portugal, por meio das atividades de ensino.

O estabelecimento de regras gerais da língua portuguesa e a utilização de exemplos ilustrativos coerentes com o espírito de época apontam para a convicção de que o dever de um estudioso da linguagem era produzir uma obra acessível ao público a que se destinava para que colaborasse com a difusão da língua portuguesa em terras ultramarinas e com a aprendizagem da língua portuguesa também em terras europeias, visando à obtenção de seu reconhecimento como língua-pátria e para que se firmassem suas diferenças em relação à sua vizinha peninsular.

De acordo com Buescu (1998), os gramáticos do século XVI fizeram um esforço reflexivo e dialético ao apresentar uma visão descritiva da língua portuguesa, sendo fieis aos paradigmas clássicos e sublinhando insistentemente e sistematicamente as diferenças entre os portugueses e os latinos, numa constante dialética entre a visão frontal da realidade presente e a visão refletida de um passado cultural com o intuito de afirmar sua independência e identidade.

Aliada a essa questão, tem-se a disposição gráfica da gramática que é um aspecto revelador da preocupação com a aprendizagem e fixação, como é o caso das declinações do artigo, do nome, do pronome e das conjugações verbais. Outro aspecto que nos interessa mais de perto, neste trabalho, é a ortografia, que Barros tenta resolver. São três problemas fundamentais postos para o português, nos dizeres de Buescu (1971, p. XXIX):

*1º a perda da noção de quantidade e necessidade da notação dos graus de abertura vocálica;*

*2º a tentativa de abolição de **qu**, substituído por **c** e a utilização do **ç** para som sibilante (no século XVI ainda africado): ça, çe, çí, ço, çu;*

*3º distinção de **i** e **u**, semivogais de **j** e **v**.*

Quer-se ligar o conjunto das soluções de Barros a uma influência italiana, embora temperado com maior conservadorismo sempre na busca do uso, como valor condutor na distinção entre as línguas mortas e imutáveis e as línguas vivas, sujeitas às oscilações dessa entidade variável e poderosa, a que se chama “uso, costume, orelha, harmonia, melodia, música, enfim, vontade do povo” (BUESCU, 1998, p. 20).

Com essas considerações acerca do poder do uso da língua que é transformada lenta, constante e gradualmente, compreende-se a necessidade do surgimento de uma gramática quinhentista. Assim, as gramáticas portuguesas situam-se no centro do vasto florescimento europeu, e manifestam-se intensas e entusiásticas atividades em torno de dupla finalidade: a codificação e a dignificação das línguas vulgares. A *Grammatica da lingua portuguesa* de João de Barros (1540) corresponde à primeira e o *Diálogo em louvor da nossa linguagem* à segunda.

A posição de João de Barros vem mostrada claramente quanto a fazer preceder o estudo da Gramática Latina pelo estudo da Gramática Portuguesa, pois, para ele, o Latim aparece como ponto de referência, modelo de codificação gramatical e fonte de empréstimos; assim, a gramática latina é o modelo e a referência, mas há a preocupação em individualizar a língua portuguesa, como é verificado nas principais inovações românticas que foram discernidas ou, pelo menos, pressentidas por João de Barros (1540) como a utilização do artigo; a não utilização da declinação. Quanto aos verbos, a redução das conjugações, as diferenças entre a forma e o valor dos tempos em relação ao latim, a formação perifrástica de alguns tempos e a da voz passiva. E, ainda, o desaparecimento da noção de quantidade e a existência de aumentativos. Assim, pode-se dizer que, para Barros, o binômio Português-Latim se põe, antes de mais nada, de uma forma esclarecida e consciente em relação à realidade românica, que vai se definir a partir desse momento.

Podemos afirmar que, a partir do Renascimento, com os estudos humanísticos, passou-se a utilizar a grafia etimológica com o objetivo de justificar as palavras do português quinhentista por meio das línguas latina (grafia de septembro, enxucto) e grega (author, chrystal). Tem-se, então, constituído o problema das fontes clássicas para a ortografia portuguesa com base, especialmente, em Quintiliano, Varrão e Prisciano. Os gramáticos do Renascimento depararam, evidentemente, com realidades completamente diferentes das do latim e do grego. Por consequência, o apoio aos clássicos que, em capítulos da gramática, havia sido tão forte quanto útil e eficiente, revelou-se praticamente nulo nesse

aspecto, e as principais fontes clássicas gramaticais, se, dificilmente poderiam ser abandonadas, foram submetidas a uma crítica, e a sua doutrina, a inevitáveis adaptações. João de Barros apresenta uma grande inovação, que consiste na aplicação de timbre aberto e fechado para a, que não tinha efeito em nenhuma das outras línguas, visto que o timbre fechado de a é um dos traços do vocalismo português.

A finalidade de João de Barros, como já se observou, foi estabelecer a língua portuguesa como autônoma, independente da latina, utilizando em sua gramática o falar da época por meio do que o uso ensina, e buscando a norma culta dos “barões doutos”, mas não negou que o português tem como língua-mãe o latim, “cujos filhos nós somos”. Possui um sentimento patriótico de superioridade da língua portuguesa em face das outras, especialmente da castelhana, uma vez que, entre as nações, Espanha e Portugal, sempre houve rivalidades. Dá com qualidades essenciais: a sua riqueza de vocabulário, a sua semelhança com a língua latina, assim não se devem esquecer as raízes. Adaptando-a à realidade vigente no século XVI, expande ainda as qualidades: a sonoridade agradável, a capacidade de exprimir ideias abstratas e a possibilidade de formação de novos vocábulos.

No início de sua obra (BARROS, 1540, p. 1), tem-se a seguinte definição de Gramática: “é vocábulo grego: quer dizer ciência de lêteras. E, segundo a definição que lhe os Gramáticos déram, é um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos”. Observe-se que João de Barros atém-se à definição dos gramáticos que o antecederam, mantendo-se o conceito de falar e escrever “certo e justo”, o que será sempre seguido pela norma culta, por aqueles que melhor usam a língua, e é baseando-se na norma culta que ele constitui sua obra.

Quanto à divisão de sua obra gramatical: Ortografia, Prosódia, Etimologia e Sintaxe, o que nos interessa de perto, como já mencionamos, é a parte da “Ortografia”, que trata da letra, ao lado da Prosódia, que trata da sílaba.

Ao tratar da letra, define-a como “a mais pequena parte de qualquer diçâm que se pôde escrever” (BARROS, 1540, p. 3) e diz terem as letras: *nome* (a primeira A, a segunda Bê, a terceira Cê, etc.), *figura* (porque se escrevem A, B, C...) e *poder* (pois cada uma tem a sua valia). Faz essas colocações no início de sua obra e indica que no título da ortografia irá retornar ao assunto. Nessa parte final da gramática, define ortografia como ciência de escrever diretamente e revela o seu objetivo didático no trecho: “porque nossa tençam é fazer algum proveito aos mininos que por ésta arte aprenderem [...]” e acrescenta que pretende ser breve e claro “por causa deles”, tratando “somente do necessário aos principiantes” (BARROS, 1540, p. 40).

Afirma João de Barros (1540, p. 42) que as letras são 33, e em poder, 26, isso porque o *c* aparece com duas figuras (*c*, *ç*) e tem a “valia” de ser consoante, é como o *a*, que também aparece com duas figuras (*a*, *á*) e tem a “valia” de ser uma vogal e, a seguir, dá uma regra principal de ortografia, que é escrever todas as “dicções com tantas lêteras com quantas às pronunciamos, sem poer consoantes oçiosas, como vemos na escritura italiana e francesa”; nota-se aqui a atitude conservadora de João de Barros, que procura aproximar a grafia o mais possível da fonética da língua, fugindo à grafia etimológica quando observa: “orthographia é vocábulo grego e os latinos ô escrevem desta maneira atrás e nós ô devemos escrever com éstas Leteras: ortografia, porque com élas ô pronunciamos”.

As outras quatro regras referem-se à impossibilidade de findar sílabas com as consoantes mudas (*b, c, d, f, g, p, q, t*), podendo, portanto, serem finais e as semivogais (*l, m, n, r, s, z*); ao uso das letras dobradas, que só podem ser dobradas no meio da dicção, e se forem as semivogais (*l, m, n, r, s*); à divisão das sílabas com letras dobradas (*nos / so*); e à utilização das terminações (*am, em, im, om, um*) que no plural em vez de *m*, terão um *~* (til).

Ao abordar as vogais, mostra que as herdamos do latim, mas vieram cinco: *a, e, i, o, u* – e nós temos oito: *á, a, é, e, i, ó, o, u*, onde as acentuadas são grandes, e as não acentuadas, pequenas; *i* e *u* são comuns e, em seguida, volta-se às regras particulares de cada letra, não faz descrição da pronúncia das letras, dá sim os seus “ofícios”, a saber: “a tem três ofícios a saber: artigo: A matéria bem feita apráz ao méstre. Serve de relativo per semelhante exemplo: Éssa tua palmatória, se â tomar, far-te-ei lembrar ésta regra [...]. Em composiçã: O temor de Deus faz boa conçiência” (BARROS, 1540, p. 43).

Quanto às consoantes, indica as suas posições nas sílabas, por exemplo: *b*, “àçerca de nós e dos latinós nam tem máis açidentes que querem antes de si *m*, como nêstas dições: ambos, ambólas, embigo, tombo” (BARROS, 1540, p. 45). Cita, ainda, a letra *g* que tem diferentes “serviços”, quando junto às vogais *a, e, o*, ou quando junto às vogais *e, i* (com a “prolaçam” *je, ji*) e para a “prolaçam” *ga, go, gu*, junto às vogais *e, i*, deve-se usar a vogal *u* (*gue, gui*); e assim, vai descrevendo todas as consoantes, na busca de uma gramática autônoma, com objeto e metodologia próprios

A segunda parte da gramática, a prosódia, que corresponde ao estudo da sílaba, traz o seguinte conceito: “é o ajuntamento de ua vogal com ua e duas e às vezes três consoantes que juntamente fâzem ua só voz” (BARROS, 1540, p. 4). Nesse contexto cultural formador do quinhentismo, nota-se uma particularidade: a colocação de João de Barros quanto a não considerar sílaba aquela composta só de uma vogal; para ele, sílaba deve ter consoante e vogal, como percebemos no trecho: “às vezes ua só lêtera vogál sérve de sílaba, prôpriamente a ésta tál nam chamaremos sílaba mas àquela que for compôsta de vogal e consoante” (BARROS, 1540, p. 45). Convém mencionar Antonio de Nebrija (1989), para apontar a similaridade de conceitos vigentes na época e compatíveis com a tradição greco-romana, perpetuada por toda a trajetória das línguas românicas. Conceitua Nebrija (1989, p. 36): “Silaba es un aiuntamiento de letras que se pueden coger un herida dela boz i debaxo de um acento”.

Os acidentes da sílaba correspondem ao *número de letras*, ao *espaço de tempo* e ao *canto*. Quanto ao primeiro item, afirma que serão no máximo três consoantes, como em *li-vros, prín-ci-pe*; quanto ao segundo, que há sílabas longas e curtas, como em *Bár-ba-ra*, a primeira é longa e as demais, curtas e, quanto ao terceiro que pode ser alto ou baixo, o que corresponde à tonicidade ou atonicidade silábicas. A seguir, dá continuidade à gramática abordando as classes gramaticais.

Assim, pode-se afirmar que João de Barros, visando à fixação de um idioma vernáculo e à difusão da língua portuguesa, nesse estudo minucioso sobre ortografia realizado no quinhentismo português, pode, de fato, ser considerado um gramático preocupado também com o ensino de português, apresentando uma língua próxima do povo – língua vulgar –, mas mantendo as normas da língua culta, procurada nos autores de prestígio, os “doutos” da época. Essa obra é de

grande interesse não só por sua atualidade, mas também pelo critério de escolha dos exemplos retirados da linguagem cotidiana quinhentista, reforçando a identidade linguística do povo português.

Em contrapartida, fixando o olhar para os estudos linguísticos realizados no oitocentismo no que diz respeito às sistematizações ortográficas da língua portuguesa em terras de além-mar, encontra-se Antônio Álvares Pereira Coruja, nascido em Porto Alegre, capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que foi habilitado para dar aulas de primeiras letras, Gramática Latina e Filosofia Racional e Moral em Porto Alegre, tendo sido professor particular de prestígio na corte; fundou uma escola, o Liceu Minerva, e presidiu a Sociedade Imperial Amante da Instrução, o que aponta para seu pendor ao ensino. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, estava engajado em um momento histórico cuja expressão máxima é a bifurcação do português nas modalidades portuguesa e brasileira que vinha se delineando desde o século XVIII.

O sujeito-autor revela, em seu *Compendio da grammatica da língua nacional*, constituído em 1835 (reeditado em 1849, 1862 e 1872), a preocupação com uma sistematização da língua aprendida no meio familiar e social, isto é, da língua aprendida naturalmente e da língua aprendida por meio do ensino geral perpetuado pela escola tradicional. Tal preocupação se deve ao fato de já haver, no seu tempo, um ensino mais formal, uma escola mais institucionalizada, e à noção de que já deve haver uma diferenciação entre o aprendizado informal (família) e o formal (escola).

Sua dedicação aos aprendizes é seletiva, uma vez que, sendo também relacionado à nobreza da época, manifesta essa relação com os poderosos em seu discurso de dono da voz representando a voz do dono, de forma bastante reveladora, pois, em seu texto, apresenta-se como “humilíssimo subdito do Sr. Dr. Pedro II, Augusto Protector das Letras” (CORUJA, 1835, p. 1).

A cada um dos passos de sua obra é demonstrado um sentimento cívico baseado no orgulho de sua experiência com “o ensino da mocidade de que a mais de vinte annos me occupo” (CORUJA, 1835, p. 1), o que é próprio de alguém que, inserido num contexto socioeconômico dominante, necessita mostrar-se engajado e servidor de sua pátria. Assim, Coruja (1835) declara-se voltado não para os sábios e literatos, mas para aqueles que, não podendo dar-se ao estudo da língua, contentam-se com escrevê-la sem erros, portanto sua finalidade é também sistematizar questões ortográficas da língua com a finalidade de mostrar como escrever bem.

Observe-se que Antônio Coruja (1835), valendo-se de seu intenso sentimento patriótico compatível com o momento sócio-histórico em que se encontra o Brasil – uma nação com novas necessidades –, apresenta uma preocupação intensa em relação ao conceito de bem escrever, repudiando os vocábulos estrangeiros com o objetivo de preservar a língua portuguesa em seu uso indicado por aqueles que melhor usam a língua determinando a norma culta. Assim como Coruja, outras obras com os adjetivos nacional ou brasileiro ocupam lugar de destaque, uma vez que, após a proclamação da Independência do Brasil, em 1822, buscou-se justificar ideologicamente a nossa autonomia em relação à metrópole, não só política, mas também em todos os campos do saber. No entanto, intitular a sua gramática de nacional, segundo Fávero e Molina (2006, p. 91), se deve ao fato de utilizar o termo, na obra em questão, no

[...] *mesmo sentido que o dado tanto por Bluteau:*

*Nacional De alguma nação, ou concernente a alguma nação [...] aquele que é da mesma nação. Nacional nos usos: aquele que segue os costumes de uma nação. Ânimos nacionais: os da mesma nação, pátria, terra. (p. 664)*

*quanto por Moraes (na primeira edição de seu dicionário): “Nacional: Da Nação, próprio dela, indivíduo dela não estrangeiro”. (p. 332) “Nação: A gente de um país ou região que tem língua à parte”. (p. 332)*

Na tentativa de colaborar, por um lado, com o processo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa e, por outro lado, com a sua pureza, aborda, em sua obra, questões amplas sobre dificuldades gerais referentes à forma escrita da língua portuguesa no que diz respeito às letras do alfabeto, à formação de plurais, às regras de pontuação, às conjugações verbais (verbos regulares e irregulares) etc., seguindo na essência a tradição da gramática geral com a sua divisão bipartite (1. aspecto físico das palavras; e 2. princípios e motivos em que se baseavam as diversas formas de significação das palavras e sua construção). Assim, divide sua obra em quatro partes, a saber: etimologia (em que trata da natureza e das propriedades das palavras), sintaxe (em que aborda a composição das orações), prosódia (em que ensina a quantidade e pronúncia das sílabas) e ortografia (em que trata do como escrever com certeza) que abordaremos a seguir.

No início da quarta parte de seu *Compêndio*, apresenta um conceito de ortografia – “Arte de escrever com acerto” – e propõe a seguinte divisão para ela: em primeiro lugar, discorre sobre as letras em geral, seu uso e sua pronúncia particulares; os ditongos; as consoantes dobradas; os plurais dos nomes com suas diversas inflexões; as letras maiúsculas e os acentos prosódicos. Em segundo lugar, trata das sílabas e suas divisões, das regras de pontuação e dos demais sinais ortográficos. Em terceiro, aborda a conjugação dos verbos regulares e irregulares, os nomes próprios (de homens e mulheres, de vilas e cidades do Brasil e de alguns sobrenomes) e os números (romanos e arábicos). Por fim, apresenta o vocabulário que tem por objetivo ser uma recorrência facilitadora da escrita, pois não se remete aos sentidos das palavras, mas sim à maneira de grafá-las. Perpassam a sua obra a concisão e a clareza, características buscadas por todos os seus antecessores.

Ao tratar das letras do alfabeto, divide-as em vogais e consoantes. Quanto às vogais, afirma serem nasais e orais, e tece considerações sobre as vogais dobradas, citando autores quinhentistas e seiscentistas que o antecederam, como João de Barros (1540), que é considerado pioneiro da gramática da língua portuguesa, tendo escrito a segunda obra a normatizar a língua, tal como falada em seu tempo; Duarte Nunes do Leão (1576), que já censurava tal uso deixado no “Latim” para diferenciar as vogais longas das breves; e João Franco Barretto (1671), que comenta a necessidade de se dobrarem as vogais quando formam duas sílabas como no caso de *voou*. No mesmo capítulo, trata de todos os encontros vocálicos, descrevendo-os e exemplificando-os.

Quanto às consoantes, apresenta-as uma a uma, indicando, primeiramente, sua pronúncia – “F tem um som labial dental *forte*, como em Fé” – e, em seguida, sua posição silábica – “Nenhuma palavra acaba por f, como acontece na língua inglesa e franceza” (CORUJA, 1835).

Para ambas, indica de maneira cuidadosa a pronúncia de cada uma das manifestações consonantais e vocálicas, e suas várias posições nas sílabas do português e, pelo momento histórico-cultural em que se insere, preocupa-se, diferentemente de João de Barros que mencionava os gregos e os hebreus, nunca comparando com as demais novilatinas das quais queria se distanciar, com a comparação da língua portuguesa, especialmente com as línguas inglesa, francesa, castelhana e italiana: “Na lingua castelhana NN que de ordinario se escreve N com til tem o som do nosso nh – Z na lingua italiana tem o som como ts, e algumas vezes mais brando com som de dz” (CORUJA, 1835, p. 74).

Quanto aos acentos, descrevem-se os mesmos e atuais: agudo, grave e circunflexo, e o grave é apontado como acento desusado. Em seguida, apresenta-se, de forma muito criteriosa, a formação do plural dos nomes, assim como as regras gerais e particulares para o uso dos sinais de pontuação. Cumpre, aqui, salientar o fato de termos a seguinte regra: 1. *Entre cada uma das palavras deve mediar um pequeno espaço em branco para se não confundirem*. Tal norma se justifica pelo fato de documentos de séculos anteriores apresentarem-se com palavras escritas juntamente, sem separação, o que dificultava a leitura e a compreensão dos textos.

Devem-se salientar, também, as observações referentes às irregularidades verbais que, segundo Coruja (1835), na esteira de Jerônimo Soares Barbosa, autor de um dos textos fundamentais da tradição gramatical portuguesa, a quem ele também cita como escritor de “doutrina”, não devem ser consideradas como tal, pois a mudança de letras para tornar a pronúncia regular não seria uma irregularidade e sim uma adaptação fonética. No que tange à ortografia, apresenta o seguinte:

verbos em <i>car – c</i> e <i>qu</i> ficar	fico	fique
verbos em <i>gar – g</i> e <i>gu</i> pagar	pago	pague
verbos em <i>cer – ç</i> e <i>c</i> conhecer	conheço	conhece

Inserido em sua época, consoante ao período etimológico ou pseudoetimológico quando o retorno aos antigos era a tônica, Coruja (1835) vai buscar respaldo para suas permissões e proibições em gramáticos de prestígio de séculos anteriores (João de Barros, Duarte Nunes do Leão, Álvaro Ferreira de Véra, João Franco Barretto, Jerônimo Soares Barbosa, entre outros), que reforçam a tradição gramatical estabelecida da norma padrão culto ditada pela elite dominante detentora do poder, incluindo linguístico quanto à ortografia.

Tendo sido o que se pôde realizar neste estudo, antes de finalizar este trabalho, deve-se fazer menção a que este documento tem sua relevância para se entenderem os fundamentos gerais e particulares da gramática portuguesa no Brasil no que tange à ortografia, sob a óptica de uma das diversas formas sob as quais se apresentou o conhecimento linguístico em Portugal e, posteriormente, no Brasil. Assim, constata-se que, como João de Barros, Antônio Álvares Pereira Coruja (1835, p. 2) é de fato um gramático preocupado com o ensino de português, pois faz menção à necessidade de elaboração de um Compêndio da Gramática da Língua Nacional, tarefa a que se lança para pôr a público uma obra atualizada, man-

tenedora da norma culta e acessível não só aos “sabios e literatos dos quais espera a devida critica para melhor perfeição da Obra em alguma futura edição, mas também aos que não podendo dar-se ao estudo da Lingua, se-contentão com escrevêl- sem erros”.

Esse texto tem sua valia pelas posturas relativas ao momento histórico do passado linguístico português imbricado ao brasileiro desde a colonização até o século XIX, cuja expressão máxima é a bifurcação do português nas modalidades portuguesa e brasileira que vinha se delineando desde o século XVIII e pelas exposições relativas à língua portuguesa de maneira clara e simples.

A relação entre teorias e as correlações entre pontos de vista em linguística e o contexto sociocultural, político, institucional de cada um dos períodos (XVI e XIX) e lugares (Portugal e Brasil) leva a considerações acerca das alterações não muito profundas havidas nas obras estudadas. O objetivo de João de Barros centrava-se na codificação e na dignificação das línguas vulgares, visando ao ensino aos meninos nobres e aos conquistados e apontando a língua portuguesa como autônoma, independente da latina, utilizando em sua gramática o falar da época por meio do que o uso ensina, ao mesmo tempo que buscava a norma culta dos “barões doutos”. O objetivo de Antônio Álvares Pereira Coruja centrava-se na ajuda àqueles que desejam escrever a língua materna sem erros, tendo como finalidade sistematizar questões ortográficas da língua para mostrar como escrever bem. Ambos dedicam-se à sistematização da língua portuguesa e ao seu ensino, visando manter a unidade linguística do português nas duas nações.

Dessa forma, por meio da dimensão combinatória, com foco numa historiografia correlativa, pode-se afirmar com Bastos (2007) que o clima de opinião dos séculos estudados embasa a compreensão de fenômenos linguísticos importantes para estabelecer como os velhos manifestaram-se nos novos caminhos para reencaminhar a “re”-escritura da história da gramática da língua portuguesa, colaborando com as pesquisas da gramaticografia lusófona, no que diz respeito às questões ortográficas.

## REFERÊNCIAS

BARROS, J. de. *Grammatica da lingua portuguesa. Cartinha gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa linguagem* – reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971 (1540).

BASTOS, N. B. Gramaticografia portuguesa – séculos XVI e XIX. In: BASTOS, N. B. et al. (Org.). *Língua portuguesa: pesquisa e ensino*. São Paulo: Educ, IPPUCSP, Fapesp, 2007. v. 1.

BUESCU, M. L. C. A língua portuguesa, madre e não madrasta – uma busca equívoca mas eficaz: a gramática universal. In: BASTOS, N. B. *Língua portuguesa: história, perspectivas e ensino*. São Paulo: Educ, IP-PUCSP, 1998.

CORUJA, A. A. P. *Compendio da grammatica da lingua nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1835.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. *As concepções linguísticas no século XIX – a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FONSECA, M. do C. *Historiografia linguística portuguesa e missionária – preposições e posições no século XVII*. Lisboa: Colibri, 2006.

KOERNER, E. F. K. La historiografía de la lingüística. Pasado, presente, futuro. In: DORTA, J.; CORRALES, C.; CORBELLA, D. (Ed.). *Historiografía de la lingüística en el ámbito hispánico: fundamentos epistemológicos y metodológicos*. Madrid: Arco Libros, 2007. p. 15-56.

NEBRIJA, A. de. *Gramática de la lengua castellana*. Estudio y edición Antonio Quilis. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces, 1989.

BASTOS, N. B. Brazilian Portuguese: linguistic historiography in the Nineteenth century. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 195-207, 2012.

*Abstract: The present investigation, focusing on Linguistic Historiography and adhering to the methodological theoretical principles of Koerner (2007), selects two grammar titles (João de Barros e Antônio Álvares Pereira Coruja) from the Portuguese linguistic past which overlaps Brazilian Portuguese in the Sixteenth and Nineteenth centuries. Taking as a starting point the linguistic, educational and cultural conceptions of the two moments, it aims the contact with the ideas about language, as well as the description and explanation proposals given by the Gramaticography of the Portuguese-speaking world (Lusophone) in the pedagogical linguistics context of the Sixteenth and Nineteenth centuries.*

*Keywords: linguistic historiography; gramaticography of the Sixteenth and Nineteenth centuries; orthography.*

Recebido em março de 2012.

Aprovado em abril de 2012.